



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

20/03/2014

INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. DECISÕES.....	1
1.2. FÓRUM DE SÃO LUÍS.....	2
1.3. VARAS CRIMINAIS.....	3
2. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
2.1. EXECUÇÕES PENAIS.....	4
3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
3.1. AÇÕES TJMA.....	5
3.2. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	6
3.3. DECISÕES.....	7
3.4. DESEMBARGADORES.....	8
3.5. VARAS CRIMINAIS.....	9
4. JORNAL O IMPARCIAL	
4.1. AÇÕES TJMA.....	10 - 11
4.2. DESEMBARGADORES.....	12 - 13
4.3. PRISÃO.....	14
4.4. SEM ASSUNTO.....	15
5. JORNAL O PROGRESSO	
5.1. AÇÕES TJMA.....	16
5.2. EXECUÇÕES PENAIS.....	17
5.3. PUBLICIDADE LEGAL.....	18 - 19
5.4. UNIDADES ADMINISTRATIVAS.....	20
6. JORNAL O QUARTO PODER	
6.1. AÇÕES TJMA.....	21 - 22
7. JORNAL PEQUENO	
7.1. AÇÕES.....	23
7.2. AÇÕES TJMA.....	24 - 26
7.3. DESEMBARGADORES.....	27

DECISÃO SUSPENDE TRANSPORTE DE PEDRAS DE GESSO EM POVOADOS DE CODÓ



Por unanimidade de votos, a 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) suspendeu o transporte de pedras de gesso (gipsita) feito pela empresa Gessomar na estrada que passa pelos povoados de Bom Jesus e Nova Luta, no município de Codó. Os membros do órgão colegiado entenderam que a saúde dos moradores das comunidades deve prevalecer sobre o alegado prejuízo econômico para a empresa.

Para dissipar quaisquer dúvidas se a atividade de extração da gipsita causa ou não poluição prejudicial à saúde das pessoas, a decisão também determinou que seja realizada perícia no local para avaliar a extensão de danos causados, bem como supostos prejuízos à produção de cultura de subsistência. E, ainda, que seja providenciada, se possível, a construção de um desvio, evitando-se que as caçambas passem pelo meio dos povoados.

Nelma Sarney determina mudança de unidades judiciais para Fórum de São Luís

Com a finalidade de oferecer melhor prestação de serviços à população, a Corregedoria Geral da Justiça, por determinação da desembargadora Nelma Sarney, corregedora da Justiça, realizou a mudança de quatro unidades judiciais para o Fórum de Justiça de São Luís, no Calhau. Antes, as unidades funcionavam em prédios com infraestrutura limitada.

Desde fevereiro a 9ª Vara Criminal, a 2ª Vara da Infância e da Juventude e a 1ª Vara de Execuções Penais da capital (1ª VEP) passaram a funcionar no fórum. No mês de março, foi a vez do 8º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo, que antes funcionava no Bairro Renascença 1.

Nelma Sarney ratificou sua posição em garantir estrutura mínima para o fun-

cionamento das unidades, que antes das mudanças estavam em situações precárias. “Algumas mudanças podem ocorrer em definitivo e outras até que obras de reforma sejam concluídas. O certo, é que temos que prover as unidades de condições adequadas para que servidores e magistrados possam desempenhar bem suas funções e oferecer um serviço eficiente ao cidadão”, afirmou.

A 2ª Vara da Infância e da Juventude, que antes funcionava no Bairro Madre Deus e tem como titular o juiz José dos Santos Costa, agora está no 5º andar do fórum e deverá permanecer no prédio do Calhau até a construção ou locação de um imóvel para o funcionamento do Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente em Conflito com a Lei.

Semana do Júri teve início com três condenações em São Luís

No primeiro dia da Semana Nacional do Júri, iniciada nesta segunda-feira (17), foram julgados, no Fórum de São Luís, três acusados de homicídio. Os jurados condenaram a 6 anos de reclusão o autônomo Antônio Inácio Pereira Almeida e absolveram Charlie Anderson Viana Muniz e Maria Luiza Pereira Lopes. Durante os cinco dias do evento, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Até sexta-feira (21) estão programadas mais de 90 audiências para acontecer em todo Estado, 18 somente nas quatro varas do tribunal do júri da capital maranhense, onde cinco magistrados presidem as sessões que começam às 8h30.

Condenado pelo assassinato de Dilson Pinto de Almeida, ocorrido no dia 6 de

setembro de 1996, por volta das 17h, na Cidade Operária, Antônio Inácio Pereira Almeida deve cumprir a pena em regime semiaberto, na Penitenciária de Pedrinhas. O juiz que presidiu o julgamento no 1º Tribunal do Júri, Ernesto Guimarães, concedeu ao acusado, que é réu primário, o direito de recorrer da decisão em liberdade.

Segundo a denúncia do Ministério Público, na manhã do dia do crime, Maria Luiza Pereira Lopes acusou o vizinho Dilson Pinto de Almeida de ter agredido um filho dela porque o menino, junto com outras crianças do bairro, havia retirado tijolos do muro da casa do vizinho. À tarde ela retornou ao local, acompanhada de Antônio Inácio Pereira Almeida e outro denunciado.

Centro de Monitoração Eletrônica de Presos será implantado em abril

Primeiro estado a aderir e enviar o projeto no país para integrar a ferramenta ao sistema prisional, a secretaria de Estado da Justiça e da Administração Penitenciária (Sejap), deve implantar em abril o Centro de Monitoração Eletrônica de presos na região metropolitana de São Luís. Inicialmente serão duzentos internos beneficiados, mas número poderá subir de acordo com a demanda.

Segundo o secretário de Estado da Justiça e da Administração Penitenciária, Sebastião Uchôa toda a documentação já está com o Departamento Penitenciário (Depen) e a previsão é que, após a conclusão do processo de avaliação e chegada do recurso, o sistema deverá ser logo implantado na região metropolitana. Estrutura física e demandas referentes ao processo já estão sendo verificadas pela Sejap.

O centro utiliza tornozeleiras eletrônicas que funcionam mediante mapa de controle localizado e a realização desse controle dependerá da decisão judicial e de acordo com a pena do detento. Em parceria com a Secretaria de Segurança Pública (SSP), a ideia é ter quatro bases de acompanhamento

dentro da região metropolitana em locais estratégicos.

"Uma ferramenta a mais à disposição dos órgãos do estado para desafogar as unidades prisionais e que faz parte do projeto da criação de uma política de alternativas penais do Governo junto ao Comitê de Gestão de Crise, além das outras ações voltadas à melhoria do sistema", pontuou o secretário.

Associado ao centro, o Núcleo de Monitoramento aos Egressos em Geral (Numege) da Sejap aumentará sua capacidade para dez equipes de atendimento e ficará à disposição do poder judiciário, sob coordenação da 2ª Vara de Execução Penal, comandada pelo juiz Fernando Mendonça. O núcleo ajudará no acompanhamento dos egressos através de visitas e encaminhamentos do egresso e da família dele aos setores necessários. Só em 2013, o núcleo fez 947 acompanhamentos diretos a egressos do sistema. Uchôa ressalta que é importante manter o controle humano e eletrônico em sintonia, gerando o ciclo completo do monitoramento e resultados benéficos para a ressocialização



Sebastião Uchôa visitou as obras do Centro de Monitoração

dos egressos.

Reestruturação do Sistema Penitenciário - Construção, reformas e ampliação das unidades continuam a todo vapor visando a recomposição do sistema carcerário e um ambiente adequado à ressocialização dos internos.

O Presídio de Segurança Máxima, que está sendo construída em São Luís e que, segundo o secretário, deve ficar pronta em setenta dias, garantirá 479 novas vagas ao sistema. Das reformas em andamento, o Presídio São Luís deverá ser entregue também no mesmo prazo com 475 vagas, já a Casa de Detenção (Cadet) de

Pedrinhas está quase com a reforma totalizada.

As questões jurídicas, através dos mutirões carcerários, seguem com acompanhamento da equipe de advogados que fazem parte da Sejap juntamente com o apoio da Defensoria Pública e do Poder Judiciário do estado. Separação dos internos de maneira adequada, reforço nas revistas e na segurança da unidade com a presença da Força Nacional e Polícia Militar, impedimento de fugas e foco nas ações de ressocialização são pontos que estão sendo intensificados pela secretaria.

Salários

E faltou citar também como dica aos vereadores que também poderiam, em audiência pública, dar uma olhada nas contas do Município. Quem sabe não seria possível aumentar o salário de miséria que ganham atualmente os servidores municipais?

Audiência

E falando em audiência, dia 27 deste mês, a partir das 19h, no auditório do Fórum Desembargador Arthur Almada Lima, na Cidade do Judiciário, será realizada audiência pública para discutir melhorias dos serviços no Judiciário caxiense.

TJ instala centro de conciliação para empresários

Espaço funciona no Centro de Convenções de Imperatriz e atende demanda judicial além de prestar orientações econômicas

Questões judiciais ou não envolvendo empresas da Região Tocantina com seus credores e fornecedores poderão ser resolvidas no Centro de Conciliação Empresarial de Imperatriz. Localizada no Centro de Convenções, a nova unidade foi instalada pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), em parceria com a Associação Comercial e Industrial (ACII).

No centro, mais de 400 empresas (micro, pequenas e individuais) que fomentam a economia da segunda maior cidade do Estado, localizada a 665 km da capital, poderão também obter orientações sobre linhas de financiamento, renegociação de dívidas, recuperação de créditos e cursos de aprimoramento.

Para agendar uma sessão de conciliação, basta acessar o portal (www.tjma.jus.br) e preencher formulário eletrônico disponível na página da Conciliação; entrar em contato com o Telejudiciário (0800-707-1581) informando sobre a demanda, a identificação própria e da parte contrária; ou dirigir-se a um dos centros. A sessão será coordenada por um conciliador ou mediador na data agendada e terá força judicial.

Cultura de Paz - No evento de instalação, empresários e autoridades dos poderes Executivo,

Legislativo e Judiciário participaram de palestra com o coordenador do Núcleo de Conciliação do TJMA, juiz Alexandre Abreu, que falou sobre o diferencial da nova unidade em Imperatriz, destacando o papel do Judiciário na implantação da cultura de paz no país, o funcionamento dos centros e suas principais atribuições.

"A formação de parceria com entidades representativas das classes produtivas, além de promover maior identificação entre esses segmentos, permite ao empresário tomar conhecimento de direitos e oportunidades a sua disposição. Aí, reside o principal diferencial

desse centro em relação aos demais, voltados aos cidadãos", ressaltou o magistrado.

O vice-presidente da ACII, Jairo Almeida dos Santos, ressaltou a importância da nova unidade para a instituição e o empresariado. "Com o Centro de Conciliação, os empresários terão a oportunidade de resolver as suas demandas - jurídicas ou não - com mais facilidade. A Associação Comercial e Industrial de Imperatriz se orgulha bastante dessa parceria. Acreditamos que a união, o diálogo e o consenso são a melhor saída para solucionarmos questões e pendências entre empresas e fornecedores", concluiu.

Divulgação



Alexandre Abreu (d) e outras autoridades inauguram o centro

TJ suspende transporte de pedras de gesso por povoados de Codó

Decisão da 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça foi unânime e acatou recurso ajuizado pela Associação Quilombola de Santa Maria dos Moreiras, Jerusalém e Bom Jesus alegando danos à saúde dos moradores e ao meio ambiente

Por unanimidade de votos, a 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) suspendeu o transporte de pedras de gesso (gipsita) feito pela empresa Gessomar na estrada que passa pelos povoados de Bom Jesus e Nova Luta, no município de Codó. Os membros do órgão colegiado entenderam que a saúde dos moradores das comunidades deve prevalecer sobre o alegado prejuízo econômico para a empresa.

Para dissipar quaisquer dúvidas se a atividade de extração da gipsita causa ou não poluição prejudicial à saúde das pessoas, a decisão também determinou que seja realizada perícia no local para avaliar a extensão de danos causados bem como supostos prejuízos à produção de cultura de subsistência. E ainda que seja providenciada, se possível, a construção de um desvio, evitando-se que as caçambas passem pelo meio dos povoados.

O conflito teve início em 29 de agosto do ano passado, dia em que, segundo o recurso ajuizado pela Associação Quilombola de Santa Maria dos Moreiras, Jerusalém e Bom Jesus, cerca de 200 re-

Número

R\$ 500,00

por hora - é o valor da multa diária em caso de descumprimento da decisão

presentantes de 16 comunidades interditaram a estrada vicinal que liga o povoado Barracão à mina de gesso da empresa para chamar atenção do que eles apontaram como intensas degradações ambientais causadas pelas atividades mineradoras na região.

Acrescentaram que há cinco anos a empresa utiliza a estrada que serve de acesso para centenas de pessoas e onde existem várias casas para transporte de gesso, provocando nuvens de poeira que estariam causando danos à saúde da população e ao plantio de vegetais, como milho, feijão e mandioca.

A Gessomar argumentou que é livre a locomoção em todo o território nacional e que o princípio fundamental da livre iniciativa está lado a lado com os valores sociais do trabalho.

Decisão liminar de primeira instância havia determinado que a associação desbloqueasse a estrada que dá acesso à mina de gipsita, abstendo-se de impedir a passagem dos caminhões, sob pena de multa diária de R\$ 500,00 por hora de descumprimento.

Lesão grave - O desembargador Raimundo Barros (relator) entendeu que a sentença de 1º grau não podia continuar produzindo efeitos ante a ocorrência de lesão grave e difícil reparação à saúde e à subsistência dos moradores dos povoados. Ele registrou que o direito à saú-

de - além de qualificar-se como direito fundamental que assiste a todas as pessoas - representa consequência constitucional indissociável do direito à vida.

Barros acrescentou que a movimentação constante de caminhões carregados de gesso pelo meio dos povoados poderá acarretar transtornos à saúde dos moradores. O magistrado deu provimento ao recurso da Associação Quilombola para revogar a decisão de primeira instância. Os desembargadores Maria das Graças Duarte e Ricardo Duailibe tiveram o mesmo entendimento.



Raimundo Barros diz que a saúde dos moradores deve prevalecer sobre alegado prejuízo econômico

Solange Cordeiro é a nova desembargadora do Tribunal do Trabalho

A magistrada foi nomeada terça-feira pela presidente Dilma Rousseff e tomou posse

A juíza Solange Cristina Passos de Castro Cordeiro, titular da 4ª Vara do Trabalho de São Luís, é a mais nova desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região (TRT-MA). Ela foi nomeada pela Presidente da República, Dilma Rousseff, na terça-feira (18). A nomeação foi publicada no Diário Oficial da União de ontem. Às 17h, a magistrada será empossada no cargo. A solenidade de posse aconteceu no Plenário do Tribunal, no mezanino do prédio-sede da instituição, no bairro da Areinha.

Solange Cordeiro foi promovida pelo critério de antiguidade para a vaga decorrente da aposentadoria do desembargador Alcebíades Tavares Dantas. A aposentadoria foi concedida por meio de decreto de 10 de julho de 2013, publicado no Diário Oficial da União em 11/07/2013.

O cargo foi declarado vago por meio do Edital nº 03/2013, publicado no Diário da Justiça do Estado e no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho.

A indicação da magistrada foi

aprovada, por unanimidade, pelo Tribunal Pleno da 16ª Região, por meio da Resolução nº 204, de 9 de setembro de 2013. A juíza foi convocada para desempenhar suas atividades jurisdicionais no tribunal desde setembro do ano passado, participando da distribuição dos processos de segunda instância.

Breve currículo - Especialista em Direito Público e Privado nas áreas de conhecimento de Direito do Trabalho, Direito Constitucional e Direito Civil, Teoria Geral do Direito, Teoria Geral do Processo, Filosofia e Sociologia, a juíza Solange Cordeiro exerceu vários cargos públicos, dentre os quais o de docente em instituições de ensino de nível superior e de fiscal de rendas da Secretaria Municipal de São Luís.

A nova desembargadora foi classificada em segundo lugar, em 1993, no concurso para provimento de cargo de juiz do trabalho substituto do TRT da Paraíba (13ª Região), com nomeação no mesmo ano; aprovada em terceiro lugar para juíza do trabalho substituta do TRT-MA em 1994, quando foi nomeada. Foi juíza titular da Vara do Trabalho de Caxias a partir de 1995 e da 4ª VT de São Luís, a partir de agosto de 2001.



Divulgação

A juíza Solange Cordeiro foi promovida pelo critério de antiguidade

Francisco das Chagas volta este mês ao Tribunal do Júri para ser julgado por mais dois homicídios

Réu é acusado pela morte de 41 meninos, sendo 29 em São Luís e 12 no estado do Pará

O mecânico Francisco das Chagas Rodrigues de Brito, de 50 anos, volta ao Tribunal do Júri para ser julgado pelas mortes de mais dois adolescentes, na Região Metropolitana de São Luís, ocorridas nos anos de 1991 a 2004. O Julgamento está previsto para o próximo dia 26, no auditório do

Instituto de Ensino Superior Franciscano, na Avenida 14, no Maiobão, e a sessão será presidida pela juíza da 1ª Vara Criminal, Jaqueline Caracas.

Desta vez, segundo a Justiça, o mecânico vai ser julgado pelas mortes de Raimundo Nonato da Conceição Filho, de 12 anos, e Eduardo Rocha da Silva, de 13 anos. Ele responde por homicídio triplamente qualificado, ocultação de cadáver e atentado violento ao pudor.

Francisco das Chagas é acu-

sado pela morte de 41 meninos, sendo 29 em São Luís e 12, no estado do Pará, onde viveu no decorrer dos anos de 1989 a 1993. Em São Luís, ele morava no Residencial José Reinaldo Tavares, onde a polícia encontrou ossadas enterradas dentro de sacos plásticos. O maníaco já foi condenado a mais de 300 anos nos julgamentos anterior. O último, em 2002, foi pela morte do menino Alexandre Lemos, de 9 anos, quando o corpo de jurados o condenou a 27 anos e seis meses.



Francisco das Chagas Rodrigues

Tornozeleiras para controle de presos chegarão ao estado no próximo mês

Duzentos presos do Maranhão serão controlados a partir de abril por tornozeleiras eletrônicas. O objetivo é desafogar o sistema carcerário. O monitoramento será realizado por um centro com quatro bases.

URBANO 2



NOVIDADE NA SEGURANÇA

Centro de Monitoração Eletrônica de presos na região metropolitana de São Luís vai ser entregue em abril e terá quatro bases de acompanhamento em locais estratégicos.

URBANO 2

FERRAMENTA

Monitoração eletrônica de presos para abril

Primero estado a aderir e enviar o projeto no país para integrar a ferramenta ao sistema prisional. A secretaria de Estado da Justiça e da Administração Penitenciária (Sejap), deve implantar em abril o Centro de Monitoração Eletrônica de presos na região metropolitana de São Luís. Inicialmente serão duzentos internos beneficiados, mas esse número poderá subir de acordo com a demanda.

Segundo o secretário de Estado da Justiça e da Administração Penitenciária, Sebastião Uchôa, toda a documentação já está com o Departamento Penitenciário (Depen) e a previsão é que, após a conclusão do processo de avaliação e chegada do recurso, o sistema deverá ser logo implantado na região metropolitana. Estrutura física e demandas referentes ao processo já estão sendo verificadas pela Sejap.

O centro utiliza tornozeleiras eletrônicas que funcionam mediante mapa de controle localizado e a realização desse controle dependerá da decisão judicial e de acordo com a pena do detento. Em parceria com a Secretaria de Segurança Pública (SSP), a ideia é ter quatro bases de acompanhamento dentro da região metropolitana em locais estratégicos.

“Uma ferramenta a mais à

disposição dos órgãos do estado para desafogar as unidades prisionais e que faz parte do projeto da criação de uma política de alternativas penais do Governo junto ao Comitê de Gestão de Crise, além das outras ações voltadas à melhoria do sistema”, pontuou o secretário.

Associado ao centro, o Núcleo de Monitoramento aos Egressos em Geral (Numeg) da Sejap aumentará sua capacidade para dez equipes de atendimento e ficará à disposição do poder judiciário, sob coordenação da 2ª Vara de Execução Penal, comandada pelo juiz Fernando Mendonça. O núcleo ajudará no acompanhamento dos egressos através de visitas e encaminhamentos do egresso e da família dele aos setores necessários. Só em 2013, o núcleo fez 947 acompanhamentos diretos a egressos do sistema. Uchôa ressalta que é importante manter o controle humano e eletrônico em sintonia, gerando o ciclo completo do monitoramento e resultados benéficos para a ressocialização dos egressos.

Reestruturação do Sistema Penitenciário

Construção, reformas e ampliação das unidades continuam a todo vapor visando a recomposição do sistema carcerário e

um ambiente adequado à ressocialização dos internos.

O Presídio de Segurança Máxima, que está sendo construída em São Luís e que, segundo o secretário, deve ficar pronta em setenta dias, garantirá 479 novas vagas ao sistema. Das reformas em andamento, o Presídio São Luís deverá ser entregue também no mesmo prazo com 475 vagas, já a Casa de Detenção (Cadet) de Pedrinhas está quase com a reforma totalizada.

As questões jurídicas, atra-

Chegada do recurso está prevista para abril e a região metropolitana vai ser a primeira a receber a novidade no segmento da segurança

vés dos mutirões carcerários, seguem com acompanhamento da equipe de advogados que fazem parte da Sejap juntamente com o apoio da Defensoria Pública e do Poder Judiciário do estado. Separação dos internos de maneira adequada, reforço nas revistas e na segurança da unidade com a presença da Força Nacional e Polícia Militar, impedimento de fugas e foco nas ações de ressocialização são pontos que estão sendo intensificados pela secretaria.



Secretário Sebastião Uchôa visitou as obras do Centro de Monitoração Eletrônica durante todo o dia



novas vagas serão garantidas no Presídio de Segurança Máxima

A desembargadora Nelma Sarney determinou a mudança de quatro unidades judiciais para o Fórum de Justiça, no Calhau. Antes, as unidades funcionavam em prédios com infraestrutura limitada.

Happy Hour para mulheres

Os convites para o Happy Hour especial para as advogadas maranhenses em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, comemorado em 8 de março, começam a ser entregues no dia 24 de março na loja do advogado, na sede da OAB/MA. O evento acontecerá a partir das 19h, no Restaurante Maracangalha. O bate-papo descontraído será comandado pelas conselheiras seccionais e contará com as presenças da desembargadora e corregedora-geral da Justiça do TJ/MA, Nelma Sarney; da endocrinologista, Honorina Lopes; e da presidente da Associação Comercial, Luzia Resende. Na ocasião, haverá sorteio de brindes.

MANDADOS DE PRISÃO

Polinter efetua mais duas prisões na capital

Em incursões realizadas pela equipe de captura da Polícia Interestadual (Polinter) foram dados cumprimentos a dois mandados de prisão, ambos pelo crime de assalto. As ações ocorreram no Centro e Primavera Bom Jesus.

Os investigadores localizaram Edenilson César Cutrim Abreu, conhecido Nenê ou Mindoim, no Centro. Ele responde a um mandado de prisão pelo crime de roubo majorado, expedido pelo juiz Sebastião Joaquim, da 6ª Vara Criminal. Segundo levantamentos da polícia, ele foi condenado a cinco anos e quatro meses de reclusão.

Durante ações da Polinter, foi detido o foragido de Justiça Ivanilson Silva Ferreira em sua residência, localizada na Rua

São Benedito, no bairro Primavera-Bom Jesus, em São Luís, após informações do Disque Denúncia (3223-5800 – capital e 0800 313 5800 – interior).

Segundo informações policiais, o mandado de prisão foi expedido em 2011 pela juíza da 4ª Vara Criminal da Capital, Maria da Conceição Mendonça por um assalto cometido no Anil, tendo sido condenado a dois anos e oito meses de reclusão.

A vítima teria sido abordada via pública por Ivanilson, que portava uma faca e anunciou o assalto e levou todos os pertences da vítima.

Os dois foram encaminhados à sede da Polinter e, após os procedimentos, recambiados ao Centro de Triagem no Complexo de Pedrinhas.

Bastidores

Cadeias dos sem-barbas

Jovens imberbes lotam o Complexo Penitenciário de Pedrinhas e tantos outros pelo país. A pergunta é: qual o futuro que os aguarda. POLÍTICA 3

BASTIDORES

Raimundo Borges

RaimundoBorges@oimparcial.com.br



Cadeias dos sem barbas

Para onde vai essa geração de milhares e milhares jovens que abarrotam o sistema carcerário brasileiro? Ninguém tem a resposta para essa catástrofe social nos dias de hoje. Eles são maioria absoluta no complexo de Pedrinhas ou em qualquer outro no país. Os jovens são personagem desse drama em que alimenta o noticiário das mídias, como assaltantes, arrombadores, pistoleiros, traficantes, “aviões do tráfico”, assassinos, estupradores. Uma gigantesca força de trabalho perdida. Infelizmente.

Dados sobre o perfil dos presos, levantados pelo Departamento Penitenciário Nacional apontam que os indivíduos com faixa etária entre 18 e 24 anos representaram 30% do total de detentos. Os de idade entre 25 e 29 anos são 26% do total e o grupo de 30 e 34 anos ficou em terceiro lugar, com 19%. No contraponto, os de 45 a 60 anos chegam a apenas 6%, e 1% com mais de 60 anos. A conclusão é espantosa: os jovens de faixa etária entre 18 aos 29 anos compõem 56% de toda a população carcerária nacional.

Enfim, são eles, os jovens, que repetem anos e anos a escola e depois a abandonam, moram nas periferias, enfrentam problemas familiares, são discriminados e as principais vítimas da criminalidade. Praticando crimes e sofrendo crimes. Matando e sendo mortos, abarrotando as cadeias e sofrendo o resto da vida as consequências. Só os homens representam 92,6% de toda a população carcerária. Onde tudo isso começa, todo mundo sabe, principalmente os governantes. Eles desconhecem, porém, onde e como essa história de gerações perdidas vai terminar.

Discute-se com intensidade no Congresso, no Governo e no Judiciário o que fazer diante dessa realidade. Mudar o Eca? Reduzir a maioria penal? Permitir que os jovens menores trabalhem, como faziam antigamente? Oferecer escolas dignas e em condições de ocupar os alunos, com a parceria da família? Priorizar a educação pública, como fator de desenvolvimento social? Perguntar é fácil. . .

Escola Frei Tadeu recebe nesta sexta-feira Projeto Arte e Cidadania nas Escolas

Promovido pela Fundação Cultural de Imperatriz e Vara da Infância e da Juventude, o projeto Arte & Cidadania nas escolas desembarca na manhã desta sexta-feira (21), a partir das 8h, na Escola Municipal Frei Tadeu, situada na Rua Sete, S/N, Bairro Vilinha.

Frei Tadeu é o segundo estabelecimento de ensino visitado este ano pela caravana de juizes, promotores, comissários de justiça, artistas e intelectuais que integram esse importante projeto que leva a arte e cidadania para os alunos das escolas beneficiadas.

A primeira edição do projeto neste ano letivo aconteceu na tarde da última sexta-feira (14), na Escola Castro Alves I, Vila Redenção II, oportunidade em que os alunos ouviram palestras sobre cidadania, ética, comportamento, o perigo das drogas e da prostituição nos dias atuais.

Coordenado pelo poeta/cantador Zeca Tocantins e pelo juiz de Direito Delvan Tavares, o projeto Arte & Cidadania é uma verdadeira troca de conhecimentos entre

estudantes, palestrantes e artistas, nas mais diversas áreas, seja das artes, da literatura e da cidadania.

No entendimento de seu idealizador e coordenador, Zeca Tocantins, o projeto proporciona à escola descobrir os mais diversos talentos artísticos de seus alunos. “Eles nos premiam com belas músicas, peças teatrais, dança, pintura, enfim, as mais expressivas formas de arte”.

As escolas recebem da coordenação do projeto palestras educativas, exposições fotográficas, livros e discos de escritores e artistas da terra, estrutura de som, além das presenças constantes de escritores, artistas e operadores de Direito que leva ética e cidadania.

Diretores, supervisores e professores das escolas, em contrapartida, são responsáveis pelos ensaios do momento cultural, organização de exposição de livros, além de estimular os estudantes a produzirem poesias e desenhos artísticos para serem expostos durante a solenidade cul-

tural.

Promovido pela Fundação Cultural de Imperatriz e Vara da Infância e da Juventude, o projeto conta com o apoio da Secretaria Municipal de Educação – SEMED, Unidade Regional de Educação – URE e Academia Imperatrizense de Letras – AIL e participação da Associação Artística de Imperatriz (Assarti).

A próxima escola a ser visitada ainda neste mês de março é a Giovanni Zanni, situada no bairro São José do Egito – Grande Bacuri – na tarde do próximo dia 28. O projeto visitará por todo o ano letivo 10 escolas públicas agendadas pela Fundação Cultural de Imperatriz. *(Domingos Cezar/ASCOM)*



Coral se apresenta aos alunos de escola contemplada

Centro de Monitoração Eletrônica de Presos será implantado em abril em São Luís



Várias obras de melhoria do sistema penitenciário estão em andamento

Primeiro estado a aderir e enviar o projeto no país para integrar a ferramenta ao sistema prisional, a Secretaria de Estado da Justiça e da Administração Penitenciária (Sejap) deve implantar em abril o Centro de Monitoração Eletrônica de presos na região metropolitana de São Luís. Inicialmente serão duzentos internos beneficiados, mas o número poderá subir de acordo com a demanda.

Segundo o secretário de Estado da Justiça e da Administração Penitenciária, Sebastião Uchôa, toda a documentação já está com o Departamento Penitenciário (Depen) e a previsão é que, após a conclusão do processo de avaliação e chegada do recurso, o sistema deverá ser logo implantado na região metropolitana. Estrutura física e demandas referentes ao processo já estão sendo verificadas pela Sejap.

O centro utiliza tornozeleiras eletrônicas que funcionam

mediante mapa de controle localizado e a realização desse controle dependerá da decisão judicial e de acordo com a pena do detento. Em parceria com a Secretaria de Segurança Pública (SSP), a ideia é ter quatro bases de acompanhamento dentro da região metropolitana em locais estratégicos.

“Uma ferramenta a mais à disposição dos órgãos do estado para desafogar as unidades prisionais e que faz parte do projeto da criação de uma política de alternativas penais do Governo junto ao Comitê de Gestão de Crise, além das outras ações voltadas à melhoria do sistema”, pontuou o secretário.

Associado ao centro, o Núcleo de Monitoramento aos Egressos em Geral (Numege) da Sejap aumentará sua capacidade para dez equipes de atendimento e ficará à disposição do poder judiciário, sob coordenação da 2ª Vara de Execução Penal, comandada pelo juiz Fernando Mendonça.

O núcleo ajudará no acompanhamento dos egressos através de visitas e encaminhamentos do egresso e da família dele aos setores necessários. Só em 2013, o núcleo fez 947 acompanhamentos diretos a egressos do sistema. Uchôa ressalta que é importante manter o controle humano e eletrônico em sintonia, gerando o ciclo completo do monitoramento e resultados benéficos para a ressocialização dos egressos.

Reestruturação do sistema penitenciário

Construção, reformas e ampliação das unidades continuam a todo vapor visando a recomposição do sistema carcerário e um ambiente adequado à ressocialização dos internos.

O Presídio de Segurança Máxima, que está sendo construído em São Luís e que, segundo o secretário, deve ficar pronto em setenta dias, garantirá 479 novas vagas ao sistema. Das reformas em andamento, o Presídio São Luís deverá ser entregue também no mesmo prazo com 475 vagas, já a Casa de Detenção (Caded) de Pedrinhas está quase com a reforma totalizada.

As questões jurídicas, através dos mutirões carcerários, seguem com acompanhamento da equipe de advogados que fazem parte da Sejap juntamente com o apoio da Defensoria Pública e do Poder Judiciário do estado. Separa-

ção dos internos de maneira adequada, reforço nas revistas e na segurança da unidade com a presença da Força Nacional e Polícia Militar, impedimento de fugas e foco nas ações de ressocialização são pontos que estão sendo intensificados pela secretaria. *(Aidê Rocha - Secom)*


ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE IMPERATRIZ
Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher

EDITAL DE CITAÇÃO
Prazo 15 (Quinze) Dias

Dr. Flavio Roberto Ribeiro Soares, Juiz de Direito Respondendo pela Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Imperatriz, Estado do Maranhão. Faz saber a todos que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, neste Julzo, corre os trâmites legais do Processo nº 799-10.2013.8.10.0042, que a justiça move contra o acusado **FRANCISCO FERREIRA SOARES** e como vítima **A. C. L.S.**. É o presente para **CITAR** o acusado **FRANCISCO FERREIRA SOARES**, brasileiro, casado, comerciante, nascido em 07/05/1962, RG: 787394971, SSPMA, natural de Governador Eugenio Barros/MA, filho de José Ferreira Soares e de Maria José Soares, encontrando-se atualmente em lugar incerto e não sabido, para no prazo de 10 (dez) dias, responder a todos os termos da Ação Penal supramencionada, por escrito, podendo arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário, até o máximo de 05 (cinco), arguir preliminares, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e alegar tudo que interesse para sua defesa. Em caso de não possuir advogado, declarar a falta de condições de constituir um, cientificando-o que se-lhe-á nomeado advogado dativo ou defensor público por este Julzo, para defendê-lo. Para conhecimento de todos é passado o presente Edital, cuja 3ª Via fica afixada no local de costume. Dado e passado o presente, nesta Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, aos doze (12) dias do mês de Março do ano de dois mil e catorze. Eu,  Danielle Gomes de Aguiar Costa, Secretária Judicial da Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, que digitei e subscrevo.


Flavio Roberto Ribeiro Soares
Juiz de Direito
Respondendo


ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE IMPERATRIZ
SEGUNDA VARA DA FAMÍLIA

PORTARIA 01/2014 Imperatriz, 18 de março de 2014

O JUIZ ADOLFO PIRES DA FONSECA NETO, TITULAR DA SEGUNDA VARA FAMÍLIA DA COMARCA DE IMPERATRIZ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS CONSTANTES NA LEI DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA ESTADUAL E DAS NÔRMAS GERAIS DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

CONSIDERANDO-SE o projeto JUSTIÇA NOS BARRIOS, da Corregedoria Geral de Justiça, que escolheu o Bairro da Leonilda em Imperatriz, para realização das atividades constantes do projeto nos dias 11 e 12 de abril de 2014.

CONSIDERANDO-SE ainda o Projeto CASAMENTOS COMUNITÁRIOS, disciplinado pelo Provimento 10 de 24 de junho de 2013, da Corregedoria Geral de Justiça

RESOLVE:

01 - Designar o dia 11 de abril de 2014 como(sexta-feira) à partir das 14:00 horas, para realização de até 100(cento) casamentos comunitários, cuja noiva preferencialmente seja de moradores do bairro da Leonilda e que já convivam em união estável.

02 - De ser essencial a elaboração dos casamentos, em especial a inscrição para o evento, serão realizadas e jurado os dois serventias extrajudiciais com competência privativa nesta comarca de Imperatriz, com auxílio de Igrejas, associação de moradores e do serviço social do bairro da Leonilda, no sentido de localizar os casais.

03- Nos termos do § 4º do artigo 1º do provimento 10/2013, será dispensada a utilização de selo de fiscalização no edital de proclamas, salvo para emissão das certidões de casamento, que serão restituídas pelo FISC- FUNDO ESPECIAL DAS SERVENTIAS, REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAS DO ESTADO DO MARANHÃO, nos termos do §2º do artigo 11 da Lei Complementar Estadual 130/2008, independente de declaração de pobreza dos nubentes.

4. O edital de proclamas será publicado no Diário de Justiça Eletrônico do Estado do Maranhão, sem ônus aos noivos, nos termos do artigo 1.527 do Código Civil, sendo dispensado, caso haja declaração de que os noivos já convivem em união estável.

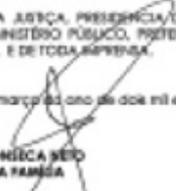
5. As serventias deverão ter livro (artigo 2º inciso II Lei 4.05/73) específico para registro de atos necessários a realização do projeto Casamentos Comunitários, organizados por fichas ou folhas soltas.

6. A Diretoria Administrativa do Fórum e a Secretaria Judicial da 2ª vara da Família, dará apoio necessário a realização a realização dos casamentos.

PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE, CÊ-SE CÊNCIA AS SERVENTIAS.

COMUNIQUE-SE A CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA, PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, DIRETOR DO FÓRUM, DIRETOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, PREFEITO MUNICIPAL, PRESIDENTE DA OAB, DA CÂMARA MUNICIPAL, E DE TODA SERVENTIA.

Em Imperatriz-MA, aos dezoito dias de março de dois mil e quatorze.


ADOLFO PIRES DA FONSECA NETO
JUIZ DA 2ª VARA DA FAMÍLIA

Novo Centro de Conciliação de Imperatriz atenderá ao setor empresarial

Questões (judiciais ou não) envolvendo empresas da Região Tocantina com seus credores e fornecedores poderão ser resolvidas no Centro de Conciliação Empresarial de Imperatriz. Localizada no Centro de Convenções, a nova unidade foi instalada pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), em parceria com a Associação Comercial e Industrial (ACII), na segunda-feira (17).

No centro, mais de 400 empresas (micro, pequenas e individuais) que fomentam a economia da segunda maior cidade do Estado, localizada a 665 km da capital, poderão também obter orientações sobre linhas de financiamento, renegociação de dívidas, recuperação de créditos e cursos de aprimoramento.

Para agendar uma sessão de conciliação, basta acessar o portal (www.tjma.jus.br) e preencher formulário eletrônico disponível na página da Conciliação; entrar em contato com o Telejudiciário (0800-707-1581), informando sobre a demanda, a identificação própria e da parte contrária; ou dirigir-se a um dos centros. A sessão será coordenada por um conciliador ou mediador na data agendada e terá força judicial.

Cultura e paz - No evento de instalação, empresários e autoridades dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário participaram de palestra com o coordenador do Núcleo de Conciliação do TJMA, juiz Alexandre Abreu, que falou sobre o diferencial da nova unidade em Imperatriz, destacando o papel do Judiciário na implantação da cultura de paz no país, o funcionamento dos centros e suas principais atri-

buições.

“A formação de parceria com entidades representativas das classes produtivas, além de promover maior identificação entre esses segmentos, permite ao empresário tomar conhecimento de direitos e oportunidades à sua disposição. Aí, reside o principal diferencial desse centro em relação aos demais, voltados aos cidadãos”, ressaltou o magistrado, acrescentando que a conciliação assegura a solução de conflitos por meios adequados à sua natureza e peculiaridade, contribuindo para a pacificação social e redução da excessiva judicialização.

O vice-presidente da ACII, Jairo Almeida dos Santos, ressaltou a importância da nova unidade para a instituição e o empresariado da cidade. “Com o Centro de Conciliação, os empresários terão a oportunidade de resolver as suas demandas - jurídicas ou não - com mais facilidade. A Associação Comercial e Industrial de Imperatriz se orgulha bastante dessa parceria. Acreditamos que a união, o diálogo e o consenso são a melhor saída para solucionarmos questões e pendências entre empresas e fornecedores”, concluiu.

Cidadãos - Em Imperatriz, o coordenador também visitou os outros dois centros de solução de conflitos, à disposição da população, em funcionamento na Faculdade de Educação Santa Terezinha (FEST) e na Faculdade de Imperatriz (FACIMP), acompanhando os trabalhos desenvolvidos nas unidades de conciliação, as primeiras instaladas pelo Judiciário maranhense, respectivamente

em 2011 e 2012.

Nos locais, são recebidas demandas pré-processuais (casos que ainda não chegaram à Justiça) e também processuais (que já têm ação judicial em andamento) nas áreas cível, de família e fazenda pública. Não há limite de valor da causa. As unidades promovem a audiência com conciliadores e mediadores capacitados pelo TJMA e sob a orientação e supervisão do juiz coordenador. O setor também presta serviços de atendimento e orientação de problemas jurídicos ao cidadão.

Conciliadores - Com os juízes coordenadores dos centros e os representantes das faculdades, Alexandre Abreu acertou as formas de atuação dos estudantes da FEST e FACIMP como conciliadores no centro empresarial recém-instalado. A nova unidade será coordenada pela juíza Ana Beatriz Maia (2ª Vara Cível de Imperatriz).

“No mês de abril, está previsto para acontecer mais um Curso de Formação de Conciliadores com vistas a capacitar os alunos a atuarem de maneira efetiva na solução de conflitos da sociedade empresarial imperatrizense”, informou o juiz. *(Amanda Campos - Asscom/TJMA)*



Mais de 400 empresas de Imperatriz serão atendidas na nova unidade de conciliação

Centro de Monitoração Eletrônica de Presos será implantado em abril

Página 6

Centro de Monitoração Eletrônica de Presos será implantado em abril

Clayton Montelles



Daqui os presos serão monitorados através de tornozeleiras eletrônicas

Primeiro estado a aderir e enviar o projeto no país para integrar a ferramenta ao sistema prisional, a secretaria de Estado da Justiça e da Administração Penitenciária (Sejap), deve implantar em abril o Centro de Monitoração Eletrônica de presos na região metropolitana de São Luís. Inicialmente serão duzentos internos beneficiados, mas número poderá subir de acordo com a demanda.

Segundo o secretário de Estado da Justiça e da Administração Penitenciária, Sebastião Uchôa toda a

documentação já está com o Departamento Penitenciário (Depen) e a previsão é que, após a conclusão do processo de avaliação e chegada do recurso, o sistema deverá ser logo implantado na região metropolitana. Estrutura física e demandas referentes ao processo já estão sendo verificadas pela Sejap.

O centro utiliza tornozeleiras eletrônicas que funcionam mediante mapa de controle localizado e a realização desse controle dependerá da decisão

judicial e de acordo com a pena do detento. Em parceria com a Secretaria de Segurança Pública (SSP), a ideia é ter quatro bases de acompanhamento dentro da região metropolitana em locais estratégicos.

"Uma ferramenta a mais à disposição dos órgãos do estado para desafogar as unidades prisionais e que faz parte do projeto da criação de uma política de alternativas penais do Governo junto ao Comitê de Gestão de Crise, além das outras ações voltadas à melhoria do sistema", pontuou o secretário.

Associado ao centro, o Núcleo de Monitoramento aos Egressos em Geral (Numeg) da Sejap aumentará sua capacidade para dez equipes de atendimento e ficará à disposição do poder judiciário, sob coordenação da 2ª Vara de Execução Penal, comandada pelo juiz Fernando Mendonça. O núcleo ajudará no acompanhamento dos egressos através de visitas e encaminhamentos do egresso e da família dele aos

setores necessários. Só em 2013, o núcleo fez 947 acompanhamentos diretos a egressos do sistema. Uchôa ressalta que é importante manter o controle humano e eletrônico em sintonia, gerando o ciclo completo do monitoramento e resultados benéficos para a ressocialização dos egressos.

Reestruturação do Sistema Penitenciário - Construção, reformas e ampliação das unidades continuam a todo vapor visando a recomposição do sistema carcerário e um ambiente adequado à ressocialização dos internos.

O Presídio de Segurança Máxima, que está sendo construído em São Luís e que, segundo o secretário, deve ficar pronta em setenta dias, garantirá 479 novas vagas ao sistema. Das reformas em andamento, o Presídio São Luís deverá ser entregue também no mesmo prazo com 475 vagas, já a Casa de Detenção (Cadet) de Pedrinhas está quase com a reforma totalizada.

Fórum de Discussão vai debater violência no espaço escolar

As estratégias para combater a violência no âmbito das escolas de São Luís e as práticas eficazes contra a indisciplina e os atos infracionais serão tratadas no III Fórum de Discussão: Enfrentando a Violência no Espaço Escolar. O evento será realizado na quinta e sexta-feira, 20 e 21, no Centro Pedagógico Paulo Freire, na Universidade Federal do Maranhão.

Idealizado pelas Promotorias de Justiça Especializadas na Defesa da Educação de São Luís, o fórum vai debater os fatores que têm causado o aumento da indisciplina e da violência, destacando as medidas a serem adotadas quando ocorrerem atos infracionais. A solenidade de abertura, no dia 20,

será realizada às 9h. Em seguida, às 10h, a conferência inicial será “A violência no espaço escolar: um fenômeno a ser vencido”. A programação terá prosseguimento com o lançamento da campanha “Conte até 10 nas escolas”.

Lançada em 2012, em nível nacional, a campanha “Conte até 10” visa prevenir as mortes por motivos fúteis. “O foco agora são as escolas. Vamos combater a banalização da violência com base na reflexão. A escola é um lugar de aprendizagem e difusão do conhecimento, onde não deve haver espaço para a intolerância”, avaliou o promotor de justiça e coordenador do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação, Paulo Silvestre Avelar Silva.

Às 14h, as discussões seguem com a mesa-redonda “Normativas e práticas eficazes no enfrentamento da indisciplina e do ato infracional no ambiente escolar”. O segundo dia do fórum, 21, terá, às 8h, oficinas com o tema “Ocorrências de violências: medidas necessárias à superação”.

MPMA participa de mutirão de conciliação da 4ª Vara da Família

Teve início na segunda-feira, 17, e estende-se até a próxima sexta-feira, 21, um mutirão de conciliação realizada pela 4ª Vara da Família de São Luís. O Ministério Público participa do mutirão por meio do titular da 18ª Promotoria Cível da capital, Giogionni Matos Lauande Fonseca. Também participam o Poder Judiciário, representado pela juíza Suely de Oliveira

Santos Feitosa, a Defensoria Pública e os advogados das partes.

No mutirão, estão sendo realizadas cerca de 20 audiências diárias, tratando de temas como acordos de alimentos, reconhecimento de paternidades, divórcios, separações, guarda de filhos e reconhecimento de uniões estáveis. Até o final da semana, pelo menos 100 processos deverão ter passado pelo

mutirão.

Para o promotor Giogionni Fonseca, o mutirão tem trazido resultados positivos, demonstrando uma mudança de mentalidade na qual a resolução dos conflitos é feita, muitas vezes, por meio de acordos. Além da satisfação dos envolvidos, esse tipo de metodologia garante maior celeridade ao andamento dos processos.

IMPERATRIZ

Centro de Conciliação do TJ atenderá ao setor empresarial

Questões judiciais ou não envolvendo empresas da Região Tocantina com seus credores e fornecedores poderão ser resolvidas no Centro de Conciliação Empresarial de Imperatriz. Localizada no Centro de Convenções, a nova unidade foi instalada pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), em parceria com a Associação Comercial e Industrial (ACII).

No centro, mais de 400 empresas (micro, pequenas e individuais) que fomentam a economia da segunda maior cidade do Estado, localizada a 665 km da capital, poderão também obter orientações sobre linhas de financiamento, renegociação de dívidas, recuperação de créditos e cursos de aprimoramento.

Para agendar uma sessão de conciliação, basta acessar o portal (www.tjma.jus.br) e preencher formulário eletrônico disponível na página da Conciliação; entrar em contato com o Telejudiciário (0800-707-1581), informando sobre a demanda, a identificação própria e da parte contrária; ou dirigir-se a um dos centros. A sessão será coordenada por um conciliador ou mediador na data agendada e terá força judicial.

CULTURA DE PAZ – No evento de instalação, empresários e au-

toridades dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário participaram de palestra com o coordenador do Núcleo de Conciliação do TJMA, juiz Alexandre Abreu, que falou sobre o diferencial da nova unidade em Imperatriz, destacando o papel do Judiciário na implantação da cultura de paz no país, o funcionamento dos centros e suas principais atribuições.

“A formação de parceria com entidades representativas das classes produtivas, além de promover maior identificação entre esses segmentos, permite ao empresário tomar conhecimento de direitos e oportunidades à sua disposição. Aí, reside o principal diferencial desse centro em relação aos demais, voltados aos cidadãos”, ressaltou o magistrado, acrescentando que a conciliação assegura a solução de conflitos por meios adequados à sua natureza e peculiaridade, contribuindo para a pacificação social e redução da excessiva judicialização.

O vice-presidente da ACII, Jairo Almeida dos Santos, ressaltou a importância da nova unidade para a instituição e o empresariado da cidade. “Com o Centro de Conciliação, os empresários terão a oportunidade de resolver as suas demandas – jurídicas ou não –

com mais facilidade. A Associação Comercial e Industrial de Imperatriz se orgulha bastante dessa parceria. Acreditamos que a união, o diálogo e o consenso são a melhor saída para solucionarmos questões e pendências entre empresas e fornecedores”, concluiu.

CIDADÃOS – Em Imperatriz, o coordenador Alexandre Abreu também visitou os outros dois centros de solução de conflitos, à disposição da população, em funcionamento na Faculdade de Educação Santa Terezinha (FEST) e na Faculdade de Imperatriz (FACIMP), acompanhando os trabalhos desenvolvidos nas unidades de conciliação, as primeiras instaladas pelo Judiciário maranhense, respectivamente em 2011 e 2012.

Nos locais, são recebidas demandas pré-processuais (casos que ainda não chegaram à Justiça) e também processuais (que já têm ação judicial em andamento) nas áreas cível, de família e fazenda pública. Não há limite de valor da causa. As unidades promovem a audiência com conciliadores e mediadores capacitados pelo TJMA e sob a orientação e supervisão do juiz coordenador. O setor também presta serviços de atendimento e orientação de problemas jurídicos ao cidadão.

Centro de Monitoração Eletrônica de Presos deve ser implantado em abril



SEBASTIÃO UCHÔA visitou as obras do Centro de Monitoração Eletrônica

Primeiro estado a aderir e enviar o projeto no país para integrar a ferramenta ao sistema prisional, a secretaria de Estado da Justiça e da Administração Penitenciária (Sejap), deve implantar em abril o Centro de Monitoração Eletrônica de presos na região metropolitana de São Luís. Inicialmente serão duzentos internos beneficiados, mas número poderá subir de acordo com a demanda.

Segundo o secretário de Estado da Justiça e da Administração Penitenciária, Sebastião Uchôa toda a documentação já está com o Departamento Penitenciário (Depen) e a previsão é que, após a conclusão do processo de avaliação e chegada do recurso, o sistema deverá ser logo implantado na região metropolitana. Estrutura física e demandas referentes ao processo já estão sendo verificadas pela Sejap.

O centro utiliza tornozeleiras eletrônicas que funcionam mediante mapa de controle localizado e a realização desse controle dependerá da decisão judicial e de acordo com a pena do detento. Em parceria com a Secretaria de Segurança Pública (SSP), a ideia é ter quatro bases de acompanhamento dentro da região metropolitana em locais estratégicos.

“Uma ferramenta a mais à disposição dos órgãos do estado para desafogar as unidades prisionais e que faz parte do projeto da criação de uma política de alternativas penais do Governo junto ao Comitê de Gestão de Crise, além das outras ações voltadas à melhoria do sistema”, pontuou o secretário.

Associado ao centro, o Núcleo de Monitoramento aos Egressos em Geral (Numege) da Sejap aumentará sua capacidade para dez equipes de atendimen-

to e ficará à disposição do poder judiciário, sob coordenação da 2ª Vara de Execução Penal, comandada pelo juiz Fernando Mendonça. O núcleo ajudará no acompanhamento dos egressos através de visitas e encaminhamentos do egresso e da família dele aos setores necessários. Só em 2013, o núcleo fez 947 acompanhamentos diretos a egressos do sistema. Uchôa ressalta que é importante manter o controle humano e eletrônico em sintonia, gerando o ciclo completo do monitoramento e resultados benéficos para a ressocialização dos egressos.

Reestruturação do Sistema Penitenciário – Construção, reformas e ampliação das unidades continuam a todo vapor visando a recomposição do sistema carcerário e um ambiente adequado à ressocialização dos internos.

O Presídio de Segurança Má-

xima, que está sendo construída em São Luís e que, segundo o secretário, deve ficar pronta em setenta dias, garantirá 479 novas vagas ao sistema. Das reformas em andamento, o Presídio São Luís deverá ser entregue também no mesmo prazo com 475 vagas, já a Casa de Detenção (Cadet) de Pedrinhas está quase com a reforma totalizada.

As questões jurídicas, através dos mutirões carcerários, seguem com acompanhamento da equipe de advogados que fazem parte da Sejap juntamente com o apoio da Defensoria Pública e do Poder Judiciário do estado.

Separação dos internos de maneira adequada, reforço nas revistas e na segurança da unidade com a presença da Força Nacional e Polícia Militar, impedimento de fugas e foco nas ações de ressocialização são pontos que estão sendo intensificados pela secretaria.

Nelma Sarney determina mudança de unidades judiciais para Fórum de São Luís

Com a finalidade de oferecer melhor prestação de serviços à população, a Corregedoria Geral da Justiça, por determinação da desembargadora Nelma Sarney, corregedora da Justiça, realizou a mudança de quatro unidades judiciais para o Fórum de Justiça de São Luís, no Calhau. Antes, as unidades funcionavam em prédios com infraestrutura limitada.

Desde fevereiro a 9ª Vara Criminal, a 2ª Vara da Infância e da Juventude e a 1ª Vara de Execuções Penais da capital (1ª VEP) passaram a funcionar no fórum. No mês de março, foi a vez do 8º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo, que antes funcionava no Bairro Renascença 1.

Nelma Sarney ratificou sua posição em garantir estrutura mínima para o funcionamento das unidades, que antes das mudanças estavam em situações precárias. "Algumas mudanças podem ocorrer em definitivo e outras até que obras de reforma sejam concluídas. O certo, é que temos que prover as unidades de condições adequadas para que servidores e magistrados possam desempenhar bem suas funções e oferecer um serviço eficiente ao cidadão", afirmou.

A 2ª Vara da Infância e da Juventude, que antes funcionava no Bairro Madre Deus e tem como titular o juiz José dos Santos Costa, agora está no 5º andar do fórum e deverá permanecer no prédio do Calhau até a construção ou locação de um imóvel para o funcionamento do Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente em Conflito com a Lei.

De acordo com projeto do Tribunal de Justiça, deverão funcionar no centro os seguintes órgãos: 2ª Vara da Infância e da Juventude, Funac, Delegacia do



FACHADA DO FÓRUM de São Luís, que vai sediar unidades judiciais

OS NOVOS TELEFONES DAS UNIDADES SÃO:

Unidade	Telefone
1ª Vara Execuções Penais	3194-5800
9ª Criminal	3194-5807
2ª Vara da Infância e Juventude	3194-5750
8º Juizado Cível	3194-5812

Adolescente Infrator, Ministério Público e Defensoria Pública

Já a 9ª Vara Criminal, especializada em crimes praticados contra criança e adolescente, localiza-se no 4º andar do fórum, e depois também será transferida para o Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente em conflito com a lei. A unidade, que tem como titular o juiz José Afonso Bezerra de Lima, funcionava antes no complexo de proteção à criança e ao adolescente.

Também está instalada no 4º andar do fórum a 1ª Vara de Execuções Penais de São Luís, que funcionava no Bairro Renascença 2. A unidade, tem como titular a juíza Ana Maria Almeida Vieira e como auxiliar a juíza Sara Fernanda Gama. A vara é responsável pelos processos de presos dos regimes fechado e se-

miaberto.

No 4º andar, passou a funcionar o 8º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo. Responde pela unidade o juiz Celso Orlando Aranha Pinheiro Júnior. O juizado tem como área de abrangência o Renascença I, São Francisco, Conjunto Basa, Sítio Campinas, Ilhinha, Loteamento BEM São Francisco, Ponta D'Areia, Conjunto São Marcos, Ponta do Farol, São Marcos, Loteamento Miragem do Sol, Ipem Calhau, Calhau até o retorno do Shopping do Automóvel e Parque Calhau.